



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MAIO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de uma Deputada do BE.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 102 e 103, 105 a 109,

111 a 113, 115, 120 a 129/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 76 a 79, 82 a 87 e 91 a 101/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «A situação provocada pelas declarações do Sr. Presidente da República em relação à reparação histórica das ex-províncias ultramarinas». Depois de o Deputado [André](#)

Ventura (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele Deputado e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Joana Mortágua (BE), Regina Bastos (PSD), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Rocha (IL), Rui Tavares (L), Pedro Delgado

Alves (PS) e Rui Paulo Sousa (CH).

Deu-se conta de que um Deputado do PSD esteve presente por videoconferência nesta reunião plenária.

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 11 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço-vos que tomem os vossos lugares para podermos dar início aos trabalhos, sobretudo nas primeiras filas.

Pausa.

Declaro, então, aberta a sessão.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias ao público.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira para a leitura de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que depois será votado.

Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler o parecer da 14.^a Comissão:

«Em reunião da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, realizada no dia 14 de maio de 2024, verificou-se a retoma de mandato, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, de Marisa Isabel dos Santos Matias (círculo eleitoral do Porto), cessando Isabel Cristina Rua Pires (círculo eleitoral do Porto).

[...]

O parecer é no sentido de informar que a retoma do mandato da Deputada Marisa Isabel dos Santos Matias cumpre os requisitos legais e tem efeitos a partir do dia 13 de maio de 2024, inclusive, cessando, automaticamente o exercício do mandato pela Deputada Isabel Cristina Rua Pires.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação deste parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passo de novo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, desta vez para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro a Proposta de Lei n.º [2/XVI/1.^a](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [102/XVI/1.^a](#) (PCP) — Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), [103/XVI/1.^a](#) (PCP) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos, [105/XVI/1.^a](#) (BE) — Altera a Lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional para proteção do interesse público e da proteção ambiental (segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril), [106/XVI/1.^a](#) (BE) — Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de bases do clima (primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima), [107/XVI/1.^a](#) (BE) — Revoga o regime de Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) (revoga o Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, que institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor), [108/XVI/1.^a](#) (BE) — Estipula a obrigatoriedade de instalação de painéis solares na cobertura de parques de estacionamento exteriores, [109/XVI/1.^a](#) (BE) — Densifica o regime penal aplicável a titulares de cargos

políticos e altos cargos públicos, prevendo a recuperação na totalidade do enriquecimento injustificado (sexta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), [111/XVI/1.ª](#) (BE) — Tolerância zero aos paraísos fiscais para travar o crime fiscal e a corrupção, [112/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e segunda alteração à Lei n.º 56/2023 de 6 de outubro), [113/XVI/1.ª](#) (BE) — Controlo de rendas para defender o direito à habitação, [115/XVI/1.ª](#) (BE) — Moratória a novos empreendimentos turísticos, [120/XVI/1.ª](#) (PCP) — Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos, [121/XVI/1.ª](#) (PCP) — Alarga as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro), [122/XVI/1.ª](#) (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (vigésima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), [123/XVI/1.ª](#) (CH) — Isenta de tributação em sede de IRS o trabalho suplementar realizado por profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), [124/XVI/1.ª](#) (CH) — Cria o cartão de atendimento prioritário da pessoa portadora de ostomia, [125/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela criação do dia nacional da pessoa portadora de ostomia, [126/XVI/1.ª](#) (PS) — Procede à revisão da condição de recursos do complemento solidário para idosos, [127/XVI/1.ª](#) (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), [128/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime jurídico para a reconversão de parques zoológicos e a sua transição digital e prevê a criação de centros de conservação e recuperação para animais selvagens e [129/XVI/1.ª](#) (BE) — Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na administração pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário.

Deram ainda entrada os Projetos de Resolução n.ºs [76/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha a decisão de construção do novo hospital do oeste, [77/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um plano de reformulação dos hospitais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, [78/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção da península de Tróia e dos ecossistemas dunares entre Tróia e Melides e pela reabertura do Parque de Campismo da Galé, [79/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, [82/XVI/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal, [83/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a criação de áreas marinhas protegidas e a restrição da pesca por arrasto nessas áreas, [84/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda o apoio e adoção da lei do restauro da natureza, [85/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que seja realizada uma auditoria ao Ministério da Defesa, [86/XVI/1.ª](#) (BE) — Auditoria aos vistos *gold* atribuídos ao abrigo do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, [87/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo uma política para o banco público que baixe os juros do crédito habitação, [91/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reconversão de delphinários, a criação de centros de conservação e recuperação das espécies e de santuários, [92/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a manutenção do parque de campismo da praia da Galé (Grândola) e medidas de proteção do acesso à praia e de proteção do ecossistema, [93/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que encete negociações para a reabertura do Parque de Campismo da Galé e que garanta o acesso público incondicional à Praia da Galé, [94/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para a realização das obras de renovação e ampliação do Hospital de Santa Cruz, [95/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que avance com a construção do Hospital do Oeste e faça uma avaliação da viabilidade da manutenção das demais infraestruturas de saúde na região Oeste, [96/XVI/1.ª](#) (BE) — Construção do novo hospital da região do Oeste com investimento nas atuais infraestruturas para cuidados de saúde em proximidade, [97/XVI/1.ª](#) (BE) — Investimento no Hospital de Santa Cruz, [98/XVI/1.ª](#) (PCP) — Construção do novo hospital público do Oeste, [99/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela construção de uma nova ala de Cardiologia Pediátrica no Hospital de Santa Cruz, [100/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda a proteção e a valorização do perímetro florestal das dunas de Ovar e [101/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pela manutenção do Parque de Campismo da Galé, no concelho de Grândola.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos dar início à ordem do dia, que consiste num ponto único, o debate de urgência, requerido pelo Chega, sobre «A situação provocada pelas declarações do Sr. Presidente da República em relação à reparação histórica das ex-províncias ultramarinas».

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: O que nos traz aqui hoje são declarações do Presidente da República — declarações do Presidente da República que representaram uma profunda traição ao País que temos, declarações proferidas pelo Chefe de Estado deste País, não representando outros países, mas estes cidadãos, estes portugueses. Um Presidente da República eleito por todos nós, representante de todos nós, que entendeu, a um determinado momento, que devíamos fazer um exercício de autoflagelação sobre a nossa história, lançando um anátema sobre os nossos pais, sobre os nossos avós, sobre os nossos combatentes.

Essas declarações, feitas a partir da autoridade presidencial, representam, hoje, aquela que é uma traição sem paralelo à nossa história, que nenhum Presidente da República — nenhum Presidente da República! — alguma vez foi capaz de cometer.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Temos 900 anos de história!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, a nossa primeira palavra vai para os milhares de antigos combatentes desta Pátria, que se sentiram feridos e humilhados pelas declarações do Presidente, vai para os que tiveram de retornar das antigas colónias, sem um património que os segurasse, enterrando os seus familiares no solo de África ou em outros, e que se sentiram profundamente feridos com estas declarações.

As nossas primeiras palavras vão para os espoliados das províncias e do Império, aqueles que voltaram um dia a Lisboa, ao Porto, a Braga, a Faro sem nada, e a quem o Estado português nunca deu nada, querendo agora indemnizar outros.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostava de citar uma carta...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É o parecer?

Risos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que recebi na semana passada: «Voltei de Luanda sem ninguém, enterrei lá a minha família e uma parte dela»...

Risos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

Não ache graça, Sr. Deputado, pois enterraram lá a família deles.

Continuando: «Enterraram lá a nossa família. Voltámos sem nada e ainda hoje o Estado português não nos compensou.»

Se quer rir de alguma coisa, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, ria disto, mas isto não tem nada para rir: é a história trágica do nosso País, a história que vocês permitiram que acontecesse.

Aplausos do CH.

Na sequência destas declarações, São Tomé, Brasil e Angola já pediram reparação ao Estado português.

Mas o que pagar e a quem? Se no saldo do deve e do haver deste País que amamos houvesse alguma coisa para devolver, se houvesse alguma coisa para dar, se houvesse alguma coisa para pagar, meus Caros Colegas, tenho a certeza de uma coisa, seria esse mundo fora que teria de pagar a Portugal a alma e a cultura que nós lá deixámos durante este tempo todo. Seriam eles que teriam de dar a Portugal!

Aplausos do CH.

Sim, Srs. Deputados, o Aeroporto de Luanda, de Cabinda, de Nampula, as barragens de Moçambique, as universidades do Brasil, quem as pagou? Foi este País, a quem eles agora querem pedir indemnizações.

As mãos que nos antecederam e as almas que, antes de nós, aqui estiveram, neste Parlamento, e que percorrem as figuras que estão aqui à volta, neste Hemiciclo, olham para o nosso debate de hoje a sentir a traição enorme que este País lhes quer fazer.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não sei do que temos que nos autorresponsabilizar. Eu não sei o que temos de pagar ou autoflagelarmo-nos pela nossa história.

Falam de escravos, mas os escravos, quando este País chegou a África, já existiam há séculos e ali eram traficados, usados e vendidos, no continente africano.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Querer fazer esta geração de homens e mulheres pagar por factos de há 500, 600 ou 300 anos é não só uma irresponsabilidade criminosa do Presidente da República, como deveria envergonhar esta República por olhar para os seus parceiros, olhar para os seus aliados e fazer este exercício de humilhação.

A atual Sr.^a Ministra da Cultura defende devolver obras de arte às nossas antigas colónias — uma vergonha de declaração que, levada ao limite, faria com que os romanos, quando estiveram na Península Ibérica, também tenham de devolver o que hoje lá têm. Ou os Visigodos, ou os mouros, ou as invasões napoleónicas, ou outras. Aqueles que por aqui passaram, e que saquearam igrejas que ainda hoje não têm o seu património, seriam os primeiros a ter de nos devolver aquilo que também é de nosso direito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as declarações do Presidente da República representam uma traição profunda à nossa história. Mas não é disto que estamos a falar aqui hoje. Do que estamos a falar hoje é se este Governo em funções vai ou não dar seguimento aos pedidos da República de São Tomé, do Brasil e de Angola para reparar o nosso passado histórico. O debate que nos traz aqui, com a presença do Sr. Ministro, é para saber se algum dia este Governo fará uma diligência que seja para qualquer compensação ou devolução de obras de arte. Isto porque esse dia será o dia que nos envergonhará a todos, enquanto País.

Quando estava no 9.º ano, tinha um professor de História que costumava dizer que nós não sabemos tudo sobre a nossa Pátria. Passados todos estes anos, concordo com ele, pois acho que todos, aqui, nesta Casa, podemos dizer que aquela expressão que ali está — Pátria — nos é a todos muito superior e nenhum de nós conhece tudo sobre esta Pátria,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estás a espezinhá-la!

O Sr. **André Ventura** (CH): —... nenhum de nós conhece tudo sobre este País que amamos e que eu reconheço que todos, de formas diferentes, podemos amar. Mas há uma coisa que o meu professor de História saberia e que eu também sei: podemos não saber tudo sobre esta Pátria, mas sabemos que esta Pátria nunca se ajoelha. Esta Pátria e este País que amamos nunca estarão de joelhos perante o mundo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E tenho uma certeza: esta enorme Pátria, que é a nossa, sorri orgulhosa, orgulhosa e feliz do seu passado, como nós sorrimos orgulhosos e felizes do nosso passado.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, queria também referir que se encontra presente o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que há pouco não referi por falta de informação.

Não há pedidos de esclarecimento, pelo que passamos às intervenções, tendo, para o efeito, a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Creio ter sido o primeiro Deputado desta Assembleia, durante a sessão solene do 25 de Abril, a discordar abertamente das declarações do Sr. Presidente da República...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... sobre reparações coloniais que não são devidas, divergências históricas que não são necessárias e interpretações erradas sobre o passado a partir de critérios do presente.

O facto de discordarmos abertamente das declarações do Sr. Presidente da República é uma divergência política que assumimos com toda a frontalidade,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... mas não a confundimos com um processo-crime gravíssimo, nem a transformamos numa sublevação das instituições. E não aceitamos, nunca, dar à Nação e ao mundo uma imagem de um Estado sem regras e de um Parlamento sem limites.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Marcelo Rebelo de Sousa fez declarações erradas e graves, mas isso não o transforma num Miguel de Vasconcelos, esse, sim, um traidor à Pátria.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Não perderei um segundo mais com esta iniciativa politicamente insana, juridicamente ignorante e institucionalmente infantil.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado André Ventura está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, era apenas para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Núncio de que o debate...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não, isso não é uma interpelação à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não, é para a Mesa. Gostaria que a Mesa pudesse esclarecer o Deputado Paulo Núncio...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado ainda tem tempo para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só para dizer que a iniciativa que nos traz aqui hoje, o debate que está marcado não tem nada a ver com o processo a Sua Excelência, o Presidente da República, e o Sr. Deputado parece estar confundido sobre isso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não foi um pedido de esclarecimento, foi uma prestação de esclarecimento, mas, enfim, sempre foi um esclarecimento.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Vozes do CH: — Uh!...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É tudo medo?!

Aplausos do BE, do PS e do L.

Risos do CH.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Os Srs. Deputados estão a prejudicar o debate de urgência que o vosso grupo parlamentar requereu. Talvez queiram criar condições para que possamos prosseguir com a intervenção. Vamos prosseguir com a intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de olhar para todas as bancadas!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, podemos prosseguir? Muito obrigado, Sr. Deputado.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A República Portuguesa tem uma história imperial e colonial. Há quem queira assumir a nossa história por inteiro e há quem queira deturpá-la para fomentar o ódio.

Protestos do CH.

Lamentavelmente, o tema foi agendado por quem não a respeita, mas iremos tratá-lo com a seriedade que merece.

Os 50 anos da democracia são os 50 anos do fim do império. Como portugueses e portuguesas democratas, não podemos falar apenas de tecnologia naval e de expedições marítimas, de ciência e de conhecimento. Os impérios não foram meros contactos geográficos e culturais, os impérios envolveram muitas violências: milhões de pessoas escravizadas, traficadas de África para o Brasil, milhões de pessoas oprimidas pelas guerras de ocupação colonial e por regimes de trabalho forçado em África — 13 anos de guerra, com dezenas de milhares de mortos de ambos os lados, de costas voltadas ao mundo democrático devido à recusa de negociar a descolonização.

Foi para dar uma solução política a esta guerra e para abrir um futuro democrático para o País que o MFA (Movimento das Forças Armadas) iniciou o 25 de Abril.

Continuemos esta viragem histórica, reconhecendo o racismo não apenas como a justificação para o que já era ignóbil na sua época, mas também como a consequência mais estrutural do colonialismo moderno.

Não estamos a falar apenas de vítimas do passado,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... estamos a falar também de vítimas do presente, de assassinatos como os de Bruno Candé e de Luís Giovani, da violência policial e da humilhação de Cláudia Simões e dos seus filhos, da sobre-exploração dos portugueses negros e dos imigrantes, que nos fazem ansiar por um País e por um mundo mais justos.

Ainda hoje, os povos dos continentes colonizados sofrem as consequências deste passado e das relações económicas desiguais. Ainda hoje, africanos e afrodescendentes, em todo o mundo, sofrem as consequências sociais, políticas, económicas e culturais do racismo, cujas raízes mais profundas estão na escravatura.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Fala do Mamadou!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — As reparações históricas e as políticas de reconciliação podem assumir diversas formas, mas todas elas exigem diálogo.

Este é um debate sobre reconhecimento, antes de mais, e é um debate sobre reconciliação — reconciliação com os povos outrora colonizados, reconciliação com o nosso próprio povo, em toda a sua diversidade.

Protestos do CH.

Fruto de uma longa luta do movimento anticolonial, antirracista e dos afrodescendentes, o tema das reparações históricas ganhou espaço no debate público. A Europa está a lidar com o seu passado. É assim na Alemanha, é assim na França,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Santa ignorância!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... é assim nos Países Baixos. A escolha que temos de fazer é entre acompanharmos este debate europeu ou ficarmos amarrados à propaganda antiga, repetindo um tempo de proibição e de censura. Não nos deixaremos arrastar para um passado de versões oficiais que procuram ocultar a verdade histórica sobre o nosso País.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Chega viu, nas declarações mais recentes do Presidente, um pretexto para o ódio e para uma vingança contra a democracia. Decidiu apoucar a Constituição e a dignidade da Pátria que diz defender, com uma acusação absurda de traição, que faz de Portugal uma anedota internacional. Se fosse levado a sério, o Presidente arriscaria 10 anos de prisão.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe, Dr. Ventura: é essa a pena para quem tem uma opinião diferente da do Chega? Dez anos de prisão? É essa a pena por discordar do Dr. André Ventura?

Aplausos do BE, do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, é favor terminar.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termino, Sr. Presidente.

Não vamos perder tempo com a falta de sentido do ridículo da extrema-direita.

Protestos do CH.

A guerrilha partidária do Chega apouca o País que amamos, polui a democracia e promove o pior dos insultos à história de Portugal.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Tem de terminar.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Esse insulto é a ignorância e a falsificação. Tenham vergonha!

Aplausos do BE, do PS e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria dizer, muito rapidamente, que esta foi das intervenções mais infames que já houve nesta Câmara desde há muitos anos.

Aplausos do CH.

Das mais infames!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Obrigada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Deputada, não é por nós, é por todos os que nos estão a ver e têm familiares mortos e enterrados nas províncias ultramarinas.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas por isso é que o Bloco de Esquerda já só tem cinco Deputados. É também por isso.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Oh!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr.^a Deputada, é muito fácil vir aqui dizer três ou quatro coisas para aquele vosso eleitorado, que é cada vez mais pequeno,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas não ter coragem de concretizar. E, portanto, deixo-lhe ainda — se quiser, dou-lhe uns segundos para dizer se sim ou não — a seguinte pergunta: os nossos pais e avós eram racistas ou não? Diga lá! Porque aquilo que disse, da tribuna, foi «a nossa história é racista».

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sabes lá tu o que é o racismo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, diga-me lá: os meus pais, os seus,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Os meus, não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... os seus, os seus, os seus,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... os meus, os nossos, de todos, eram racistas? Os nossos avós eram racistas? Os nossos avós, os nossos bisavós, eram racistas?

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Tu és racista!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sobre aqueles que levaram a bandeira que está neste Parlamento ao mundo inteiro, vocês têm coragem de dizer que eram racistas? A esses portugueses? Tenham um bocado de vergonha!

Protestos do BE e contraprotestos do CH.

E diga, Sr.^a Deputada, se acham ou não que devemos pagar indemnizações às antigas colónias.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Não têm capacidade de o concretizar, nem coragem de o fazer!

Finalmente, Sr.^a Deputada, sobre anedotas, vou dizer-lhe uma coisa: a maior anedota deste Parlamento são mesmo os cinco Deputados do Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda não dispõe de tempo para responder. Também penso que o Grupo Parlamentar do Chega não estará disponível para ceder os segundos necessários.

Protestos do BE e contraprotestos do CH.

Cede o tempo ou não cede o tempo?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, nós não temos nenhum problema em dar 10 segundos à Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Mas 10 não chega, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah não, não dá. Pois, não dá porque não têm tempo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda que peça tempo ao Partido Socialista.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, no meio da vozeria, não conseguimos perceber...

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... se se tratou de um erro de matemática do Sr. Deputado ou se estava disponível para ceder 1 minuto ao Bloco de Esquerda para responder.

Protestos do CH e contraprotestos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não há problema, Sr. Deputado. O Sr. Deputado não percebeu, mas eu percebi. Portanto, não há cedência de tempo.

Bom, Srs. Deputados, passamos então à próxima intervenção.

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do BE.

Srs. Deputados, vamos lá deixar falar os outros.

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do BE.

Bom, então, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Regina Bastos, do PSD.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Em democracia não há temas tabu.» Esta frase foi dita, há poucos dias, pelo Presidente de Cabo Verde. Ao seu lado estava o Presidente da República Portuguesa, em visita oficial àquela ex-colónia.

A liberdade de opinião é o oxigénio da democracia. Em democracia, a diversidade de opiniões não é, não pode ser vista como uma ameaça. Os democratas ouvem e toleram os exacerbamentos nacionalistas, apesar de não os acolherem na sua prática política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Mas, pelos vistos, há temas interditos e censura legitimada para alguns que não conseguem aceitar essa liberdade,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — ... ou só aceitam, na justa medida do seu próprio proveito, a liberdade de opinião que em cada momento sirva os seus interesses e assegure a atenção do espaço mediático, criando ruído a seu favor.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Pode gostar-se mais de ouvir que devemos assumir a nossa história «sem autojustificações ou autocontemplações globais indevidas, nem autoflagelações globais excessivas», como disse o Sr. Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, na Sessão Solene do 25 de Abril de 2021, tal como é legítimo discordar-se das declarações do Presidente da República a propósito das chamadas «reparações devidas às ex-colónias». Na verdade, «ao aceitarmos a democracia, aceitámos todas as vozes», palavras ditas pelo próprio, a quem o partido proponente deste debate imputa um crime de traição à pátria, entre outros.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Postura miserável!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a nossa história de séculos é um património de feitos brilhantes e também de acontecimentos sombrios. O tempo e os factos que

moldaram o nosso passado de país colonizador e de países colonizados são uma realidade imutável. Para evoluirmos como sociedade é preciso deixarmos o passado em paz e aproveitarmos as oportunidades que o presente nos oferece.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Com a mesma clareza assumida pelo atual Governo, também nós, PSD, reafirmamos que os países que fizeram parte do nosso império colonial são nossos aliados na fraternidade. Com eles construímos e aprofundamos relações mútuas; a par deles e com respeito por eles, assumimos a verdade histórica; é com eles que queremos cooperar cada vez de forma mais intensa e estreita — tudo isto assente na reconciliação de povos irmãos, porque só assim, respeitando e sendo respeitados, reconciliados com o passado comum, fraternos e soberanos, podemos cooperar e crescer. Essa cooperação é a pedra de toque das relações bilaterais com todos os povos dos Estados que foram colónias de Portugal.

São muitos os gestos e programas de cooperação e de reconhecimento da verdade histórica, que representam o que é mais valioso para as pessoas: a construção de um futuro mais humanista e mais justo.

Aplausos do PSD.

É importante facilitar acordos nas áreas que podem moldar a vida das pessoas: na educação e na formação, a melhor aposta para um futuro melhor para as crianças e jovens; na língua, conferindo o estatuto de mobilidade; na cultura, como afirmação de identidade, respeito pela diversidade e valorização do património material e imaterial; na promoção da saúde, além da cooperação financeira e económica.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tem sido desta maneira que, nos últimos 50 anos, temos vindo a contruir o presente e o futuro, em leal parceria, nós e os países irmãos, e temos feito este percurso pacificamente, sem sobressaltos, com exemplares relações institucionais Estado a Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Esta é uma enorme conquista que só nos pode dignificar, porque honra todos os nossos órgãos de soberania.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Para terminar, dizemos, com toda a convicção e também com lástima, que não foram as declarações do Sr. Presidente da República que criaram um tumulto mediático. Quem o criou e o continua a alimentar foi mesmo o aproveitamento político que delas foi feito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este debate de urgência é mais um não assunto de que o Chega se serve para ter mais umas horas de tempo de antena nas televisões e desviar a Assembleia da República dos assuntos que realmente preocupam os portugueses e que são aqueles com que esta Assembleia se deveria preocupar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Em todo o caso, já que este debate foi agendado, importa dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, não acompanhamos os termos em que o Presidente da República suscitou a questão das reparações históricas. Não faz sentido que se levante um problema como o das reparações de forma tão ligeira e superficial, e ainda faz menos sentido uma anunciada intenção de liderança de um processo que nem sequer foi colocado em cima da mesa pelos Governos das ex-colónias portuguesas.

Em segundo lugar, no seguimento das declarações do Presidente da República, temos assistido a manifestações de chauvinismo que, iludindo a verdade histórica, visam dar crédito à mitologia colonial e reabilitá-la, branquear o fascismo, reescrever a história e apagar e desvalorizar o que a revolução de Abril representou de libertação dos povos das ex-colónias e do povo português.

A história de Portugal, nomeadamente o período iniciado com as navegações marítimas do século XV, tem diferentes dimensões que é preciso considerar.

Houve um avanço em vários domínios. Foi o primeiro passo no desenvolvimento de um novo sistema social — o capitalismo —, em rutura com o sistema de servidão feudal dominante na Europa;...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... alargou o conhecimento científico e técnico contra o obscurantismo e as visões limitadas do conhecimento do mundo; permitiu descobrir realidades existentes, mas desconhecidas no plano mundial; promoveu o intercâmbio e a fusão de conhecimentos e culturas.

Mas, se esta evolução representou um contributo positivo e um avanço para a humanidade, há uma outra face marcada pela violência, com dramas imensos para outros povos, que não pode ficar na sombra.

A ação do regime fascista para sustentar a sua natureza iníqua procurou puxar por uns elementos da história e omitir outros. A par da valorização de acontecimentos e processos que se inserem na marcha de progresso da civilização humana, não se pode contemporizar com o branqueamento do colonialismo, da escravatura e do fascismo.

Cada momento histórico da longa marcha dos povos é marcado por contradições profundas, por grandezas e misérias, por momentos de glória e de tragédia, por factos que condenamos e por factos de que nos orgulhamos.

Não nos orgulhamos da escravatura e do colonialismo, mas orgulhamo-nos dos avanços civilizacionais, técnicos e científicos ligados às navegações marítimas. Não nos orgulhamos da dominação de outros povos para benefício das classes dominantes, mas orgulhamo-nos de a língua portuguesa ser hoje a mais falada no hemisfério sul. Não nos orgulhamos do fascismo, mas orgulhamo-nos dos que ousaram enfrentá-lo, sacrificando a sua liberdade e a sua vida. Não nos orgulhamos dos massacres de Batepá e Wiriamu, mas orgulhamo-nos dos militares de Abril,...

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... que souberam interpretar as aspirações do povo português e pôr fim às guerras coloniais que sacrificaram milhares de vidas.

A luta contra o fascismo e o colonialismo uniu os povos de Portugal e das antigas colónias. A revolução de Abril e o estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre o Portugal democrático e os países libertados da dominação colonial corresponderam à reparação histórica que se impunha.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

A reparação histórica que se impõe prosseguir é a da cooperação no apoio ao desenvolvimento, sem paternalismos, num quadro de relações de igualdade, de reciprocidade de vantagens, de respeito pelas soberanias, tirando partido da nossa herança multicultural comum.

O fascismo e o colonialismo uniram-nos no sofrimento e na luta; a revolução de Abril e a descolonização uniram-nos na construção de uma comunidade de países e povos irmãos, de que só temos de nos orgulhar.

Aplausos do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que o Chega nos traz hoje, concordemos ou não com o debate sério que temos de fazer sobre as reparações históricas, trata-se de um exercício muito pouco democrático, que nos deve levar a uma maior reflexão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bater é pouco democrático!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Querer punir criminalmente alguém, em particular o Presidente da República, por expressar uma opinião sobre a reparação histórica e querer que o Parlamento o debata é uma afronta à liberdade de expressão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é sobre isso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mais: demonstra uma perigosa tendência autocrática que nos deve deixar a todos os democratas em estado de alerta.

Aplausos do L.

É um precedente grave, que deve convocar o Sr. Presidente da Assembleia da República e todos os partidos com assento parlamentar do campo democrático para uma reflexão alargada sobre o modo como os adversários da democracia — não tenhamos ilusões — estão neste momento a usar o Parlamento de forma abusiva e a recorrer a expedientes constitucionais e regimentais para minar e destruir as instituições democráticas do nosso País.

Mais uma vez, o Chega perdeu uma boa oportunidade para debatermos os problemas dos portugueses: o custo de vida, a dignificação...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça o favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Eu concluo, Sr. Presidente, se o Chega não tiver apartes, nomeadamente apartes difamatórios.

Protestos do CH.

É que se ouve aqui em cima, da tribuna, e é bom que os portugueses lá em casa saibam aquilo que esta bancada diz e que desrespeita esta instituição.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, tem mesmo de terminar.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Concluo já, Sr. Presidente.

É que o Chega não muda e, sejamos 1 ou 50 Deputados, a verdade é que 50 Deputados aqui neste Parlamento não querem resolver os problemas das pessoas. Só querem escândalos, lutas na lama e circos políticos, e o PAN não dá para esse peditório.

Aplausos do PS, do L e de Deputados do PSD.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Por isso é que quem nasce lagartixa nunca chega a jacaré!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Está calada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Temos o tema das reparações históricas, temos reações históricas e temos também reações hipócritas.

Começemos pelo princípio: reparações históricas. Para um liberal, que tem a sua visão do mundo construída a partir do indivíduo, a partir da liberdade individual e da responsabilidade individual, os conceitos de culpa coletiva são sempre estranhos, quando não repugnantes.

Aplausos da IL.

Negamos, por isso, todas as visões revisionistas e as visões de imputação de culpa, valham elas para o passado, como é o caso das reparações históricas, valham elas para o presente, como existem noutros casos.

Quanto às palavras do Sr. Presidente da República, elas são manifestamente infelizes, politicamente condenáveis e francamente inaceitáveis. São uma intervenção política que não subscrevemos e têm subjacentes um erro de forma, um erro de conteúdo e também um erro, porventura, ainda mais grave, que é o de alienar a base de apoio que serviu para a eleição do Sr. Presidente da República e, mais grave do que isso, contrariar a posição da esmagadora maioria dos portugueses que o Sr. Presidente da República devia representar.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É errado, não subscrevemos e condenamos politicamente.

Mas vamos às reações históricas, que também as há. A reação histórica mais evidente é a tentativa do Chega de promover uma ação criminal contra o Sr. Presidente da República. O Chega, pelas palavras condenáveis politicamente do Sr. Presidente da República, tem a intenção de que o Sr. Presidente da República seja condenado a uma pena de prisão de entre 10 e 20 anos. Só por aqui se vê o disparate desta situação.

Esse disparate é ainda maior, porque o Sr. Deputado André Ventura é jurista e, portanto, tem obrigação de saber da absoluta falta de fundamento daquilo que pretende fazer.

Aplausos da IL.

O Sr. Deputado André Ventura fala da existência de quatro juristas que terão subscrito esta visão da intenção criminal do Chega. Só que não apresenta esses quatro juristas. Portanto, nós temos de concluir que ou esses quatro juristas estão tão envergonhados com essa posição que subscrevem, que não querem aparecer em público, ou eles não existem.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não existem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Aliás, eu pergunto mesmo ao Sr. Deputado André Ventura se esses juristas, essas vozes desses juristas, estão aqui connosco, nesta Sala. É o que eu tenho a perguntar.

Risos e aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podias ter perguntado há bocado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas, para além das reações históricas, temos também as reações hipócritas. Eu comecei por falar nas imputações coletivas de culpa,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... e não as aceito, nem para o passado nem para o presente.

Ora, o Sr. Deputado André Ventura e o Chega são especialistas nas imputações coletivas de culpa, pela origem, pelo nascimento,...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... por tudo e mais alguma coisa.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Parece o Santos Silva!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora percebo porque é que o Mayan está a subir!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, é uma profunda hipocrisia vir questionar imputações coletivas de culpa para o passado, como faz a esquerda, quando é o especialista das imputações de culpa para o presente.

Protestos do CH.

Mas há mais, Sr. Deputado André Ventura e Srs. Deputados do Chega, há mais. Os senhores querem propor uma ação criminal contra o Sr. Presidente da República por causa de palavras.

Protestos do CH.

Ora bem, os senhores têm um cabeça de lista às europeias que defende nomeadamente teorias da conspiração — lá está, imputações coletivas de culpa —...

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

... sobre a questão de os judeus terem sido informados ou não do ataque às torres gémeas. Quanto a isso, os senhores estão muito calmos.

O senhor cabeça de lista às europeias do Chega diz também que Slobodan Milošević, acusado de crimes de guerra e de genocídio, é boa pessoa: «No fundo, era boa pessoa.»

Protestos do CH e de Deputados do PSD.

Portanto, Sr. Deputado André Ventura, não há mais hipocrisia do que fazer este escarcéu todo, este circo todo na Assembleia da República, e, na sua casa, não ter uma palavra de condenação para estas palavras do seu candidato, não ter uma posição sobre esse candidato.

Aplausos da IL.

Protestos de Deputados do CH.

O senhor, em casa, é um cordeirinho, que promove um circo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de terminar.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Para terminar, Sr. Deputado André Ventura, a minha pergunta é mesmo esta: o senhor subscreve ou não as palavras do seu candidato às eleições europeias sobre Milošević e sobre a conspiração dos judeus?

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que é que isso tem a ver?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Por favor, responda.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, não temos mais pedidos de palavra. Há ainda vários partidos com tempo disponível e o Governo também. Se mais ninguém se inscrever, terminamos aqui o debate.

Pausa.

Estão a olhar uns para os outros a ver quem é o último.

O Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, teve a gentileza de se inscrever, portanto, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Srs. Ministros: Amar a pátria é conhecer a sua história. É procurar conhecê-la bem. É procurar ensiná-la e que os nossos vindouros a conheçam bem também. É procurar que os nossos lusodescendentes pela diáspora a conheçam. Não sei se algum Deputado do Chega e se o Sr. Deputado André Ventura alguma vez o fizeram.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Veja as nossas propostas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois bem, já o fiz: dar a conhecer a nossa história a lusodescendentes pelo mundo fora.

Amar a pátria é divulgar a nossa história pelos países estrangeiros. É apoiar os nossos museus e os nossos monumentos, para que estejam financiados, bem preservados, com os seus acervos conhecidos e catalogados.

Nunca dei pelo Chega nesse amor à história de Portugal.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Encontraram um amor à história de Portugal recente e conveniente, no atual momento,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... mas aqui fala-vos quem não começou ontem a gostar da história do País, a conhecê-la e a ensiná-la.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quero dizer-vos uma coisa: debateremos a ridícula imputação de traição à pátria noutro dia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Traição foi a tua à Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... mas os próprios termos com que o Sr. Deputado André Ventura a aflorou, há pouco, indicam um total desrespeito e ignorância pela história de Portugal, ao pretender que, em 900 anos de história deste País, agora é que um Chefe de Estado, pela primeira vez, cometeu um crime de traição à pátria. Nem um D. Afonso VI nem quem mandou assassinar ou quem assassinou com as suas próprias mãos — ninguém cometeu um crime de traição à pátria como Marcelo Rebelo de Sousa, vejam lá!

Falou-se, há pouco, de Miguel de Vasconcelos — o Sr. Deputado Paulo Nuncio citou-o —, mas Miguel de Vasconcelos nasceu em 1590,...

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

... ou seja, quando nasceu, já a união dinástica estava em vigor,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É um traidor à mesma!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... já Portugal e Espanha estavam na mesma coroa.

Nem Miguel de Vasconcelos fez aquilo que fez André Ventura, que foi, no dia a seguir a ter sido publicado um folheto do Vox, em Espanha, em que o mapa de Portugal desaparecia,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... ir a Madrid prestar vassalagem a Santiago Abascal.

Aplausos do L, do PSD, do PS e do BE.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Falam fininho!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Entre Miguel de Vasconcelos, que governou o país que tinha, nas condições que tinha, e alguém com um país independente que vai a um país estrangeiro prestar vassalagem a um dirigente político que apaga o nosso mapa da Península Ibérica, digam quem é mais traidor à pátria. Decida quem quiser.

Aplausos do L e do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falemos ainda de presente e de futuro.

O Sr. Deputado Pedro Pinto fica muito chocado com acusações de racismo, mas, num debate acerca disto, só consegue gritar «Joacine, Joacine». Porque será? É porque não é nada racista.

Protestos do CH.

Risos do L e do PS.

É que, aliás, não há racismo em Portugal, Sr. Deputado. Racistas são os alemães, são os ingleses, são os franceses. Em Portugal, nunca houve disso.

Falemos do presente e do futuro, assim que os Srs. Deputados do Chega conseguirem acalmar-se, num debate que eles próprios marcaram.

Ainda ontem, na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, os Deputados do Chega estavam muito escandalizados por São Tomé e Príncipe ter uma política externa independente e achavam que nós devíamos fazer alguma coisa acerca disso, mas, quando São Tomé e Príncipe diz que quer participar nos debates das reparações, o que lhes dizem é: «Vão passear, não queremos falar convosco, vocês nem devem levantar esse assunto.»

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Golpes militares na Rússia, é isso que defendem, não é?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E diga-se mais! O que o Sr. Deputado André Ventura fez, aqui há pouco, do púlpito, ao dizer que são as ex-colónias que têm de pagar pelas pontes e pelas barragens, não é em nada distinto, para quem conhece bem os documentos, do discurso que Putin faz em relação à Ucrânia: «Como foram nossos, são eles que têm de nos pagar a nós.»

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

É exatamente a mesma coisa. Não precisamos de ir ao cabeça de lista às europeias. Este é um discurso que corresponde, a partir da antiga metrópole imperial, exatamente ao mesmo discurso que o Kremlin faz com as ex-colónias.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino, Sr. Presidente. Só um bocadinho, para a bancada do Chega se acalmar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, a bancada não está assim tão pouco calma.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Penso que a bancada está dentro dos limites da agitação habitual no Parlamento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem, termino muito rapidamente.
Eu sei que, um dia, se houver um ministro do Chega,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai haver!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... em nome de um qualquer negócio, num qualquer país lusófono, não se importará de entregar qualquer coisa que esteja no acervo de um museu de etnografia e para o qual nunca olhou, porque nesse caso o futuro das relações...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... e das negociatas falará mais alto. Mas sei que, por agora, e feito desta maneira, esta pantomima de patriotismo avilta a pátria e, mais do que terem vergonha,...

Protestos do CH.

... como dizia a Deputada Joana Mortágua, o que eu vos digo é: tenham juízo.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cresça e apareça!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estás-te nas tintas para a história de Portugal, tu! O que é que sabes sobre a história de Portugal?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, agora vamos fechar esta fase de debate, vamos passar à fase seguinte e voltam a agitar-se para a intervenção do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, se for o caso.

Risos de Deputados do PS.

Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de abordar a questão de fundo, acho que é importante caracterizarmos este debate. É mais uma busca desesperada de atenção, procurando criar clivagem e divisão, acicatar desconforto e animosidade, num tema que é difícil, importante e que mereceria mais respeito e menos instrumentalização — mais respeito por povos oprimidos, mais respeito pelos milhares de portugueses que perderam a vida ou que se viram irremediavelmente cicatrizados para o resto da vida e que, ainda ontem, nos 50 anos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, foram homenageados, e também respeito por aqueles que perderam, no contexto da descolonização, os bens que possuíam no Ultramar e que tiveram de sair dos territórios onde anteriormente viviam.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Todos eles são, sem exceção, vítimas do colonialismo. Todos eles são, sem exceção, mercedores da nossa responsabilidade, do nosso respeito e, seguramente, de outro debate e de outras condições para podermos serenamente fazer esta discussão.

Mas este também é um debate caracterizado por falta de noção, falta de respeito pela inteligência desta Câmara e do País, e ninguém — ninguém, aqui ou fora destas paredes — vislumbra nele um pingó de urgência.

Urgência seria, se calhar, marcar um debate sobre a criança nepalesa agredida numa escola em Lisboa.

Aplausos do PS, do BE, do L e do Deputado do PCP António Filipe.

Urgência seria, se calhar, marcar um debate sobre as duas idosas despejadas no Porto sem nenhuma possibilidade de ter um alojamento.

Urgência seria até, se calhar, agendarmos um debate sobre o que acontece em Gaza e sobre as consequências para aqueles dois povos que tentam construir a paz.

Protestos do CH.

Isso, sim, seria respeitar a Câmara, seria respeitar os cidadãos que queremos representar.

Para além disso — e penso que teremos a oportunidade de o detalhar mais tarde —, também não se vislumbra crime algum, porque, felizmente, graças à ação libertadora dos capitães de Abril, desde o 25 de Abril de 1974, nenhuma opinião é um crime na República Portuguesa.

Aplausos do PS e do L.

Não fuçamos, contudo, ao tema.

Independentemente de a forma como o Presidente da República se terá expressado poder ser, ou pelo contexto ou pela informalidade, merecedora de reparo ou, de preferência, de outro registo — como já foi, aliás, sublinhado na intervenção da Sr.^a Deputada Regina Bastos —, há que ouvir o que o Sr. Presidente da República já escreveu e disse anteriormente, nesta Câmara, na sua intervenção no 25 de Abril de 2021, em que, de forma muito clara, abordou este tema, com sensibilidade, com equilíbrio e com a capacidade de motivar um debate que, em Portugal e junto de outros povos, podemos e devemos fazer.

O que não podemos nem devemos fazer é distorcer, simplificar, desvalorizar, menorizar o que o Sr. Presidente da República, nessa altura, disse.

No fundo, colocou algumas questões às quais podemos ir respondendo.

O colonialismo deixou ou não feridas em todos os locais onde se verificou? Sim, é inegável — em Portugal, nos países colonizados por Portugal e em todas as outras potências europeias que o fizeram.

Algumas destas feridas cicatrizaram, outras estão a sarar, outras ainda persistem silenciosas nas sociedades democráticas que lhes sucederam e afligem ainda a vida de muitos dos descendentes daqueles que lá estiveram, daqueles que foram obrigados a vir para cá residir, dos muitos que foram vítimas e que são descendentes daqueles que foram escravizados no passado. Todas estas pessoas mereciam mais respeito da parte de quem agendou este debate.

Depois, o colonialismo português foi ou não mais violento, ou tão violento como os demais? Sim, mais uma vez, podemos respondê-lo.

O lusotropicalismo é uma canção de sereia, de embalar, que engana quem hoje, em 2024, quer continuar a ser enganado, e nós já deixámos de ser enganados há muito tempo e não alinhamos nessa reescrita da história que alguns pretendem impor à Câmara e impor ao País.

Finalmente, o colonialismo português foi ou não agravado e ainda mais agressivo, por ser um colonialismo que foi gerido por uma ditadura no seu estertor? Inegavelmente — mais repressão, mais violência e mais agressividade contra quem se queria libertar de séculos de dominação; uma guerra de 13 anos em que, mais uma vez, foram aqueles jovens daquela geração que foram sacrificados, para manter um regime que não fazia sentido, para manter um colonialismo que não fazia sentido, que perderam a vida, perderam membros, perderam familiares, perderam a sua capacidade de ter uma vida e de a construir novamente, sacrificados num altar de irracionalidade e de opressão que ninguém assume e ninguém quer reconhecer, ainda hoje, como assim tendo sido.

Aplausos do PS, do BE e do L.

Tudo isto, como disse, merece um debate e uma reflexão. Lidar com a memória histórica é um exercício difícil para todas as sociedades, especialmente quando as feridas são mais recentes.

Portugal pode não ter ainda feito todos estes debates sobre o seu passado colonial, como outros países onde a descolonização ocorreu mais cedo foram fazendo, mas isso nunca nos impediu de construir uma relação de amizade e respeito, em condições de igualdade, com todos os países que se tornaram independentes após o 25 de Abril.

Deve ser no acarinhar dessa relação que devem estar as nossas energias, não dando espaço a quem quer manipular o tema para criar divisão artificial ou para desviar as atenções.

O sucesso das nossas relações com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e com Timor tem assentado em décadas de ações reparadoras concretas, políticas de cooperação para o desenvolvimento à cabeça e importantes intercâmbios culturais e educativos a compensar a educação que nunca foi administrada em lado nenhum.

E a ignorância também esteve neste debate. Não havia uma universidade no Brasil em 1822, quando o Brasil se tornou independente.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Era proibido!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não falsifiquemos a história e não digamos coisas manifestamente, objetivamente, erradas, para tentar marcar alguns pontinhos.

Aplausos do PS.

Felizmente, hoje temos uma geração de excelentes investigadores, em Portugal e noutros países, que nos podem ajudar nesta tarefa.

Ao longo dos anos, houve iniciativas de redução da dívida e de cooperação económica, e nunca se descaram atos de reparação simbólica, que podemos e devemos continuar a fazer, serenamente e com bons resultados, não os alimentando de forma errada, como este debate deve ser abordado. Não é este teatro de enganos que hoje foi agendado que serve esse propósito e não é para esse debate de enganos que o Partido Socialista contribuirá.

Podemos, de facto, no plano cultural, fazer o que outros Estados estão a fazer: identificar se pode haver cooperação e devolução de bens que são culturais, que são do património de outros.

Podemos, efetivamente, fazer esse debate tranquilamente e com respeito uns pelos outros. Isso, sim, é civilizador, é respeitar a outra civilização que está à nossa frente, olhá-la nos olhos como nossa irmã, como nossa parceira, como nossa companheira de uma viagem no planeta Terra e dizer «sim, podemos perfeitamente partilhar uma cultura partilhada», e é isso que está na origem dessa dimensão.

Também no plano simbólico, a nós, não nos choca minimamente que uma pátria se ajoelhe, antes pelo contrário.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Os alemães têm orgulho do dia em que o Chanceler Willy Brandt se ajoelhou em Varsóvia e pediu desculpa pelos factos que não foi ele que cometeu. Ele estava exilado na Noruega, a fugir do nazismo, mas assumiu a necessidade de dizer àquelas pessoas que, sim, reconhecia coletivamente isso mesmo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Como Mário Soares fez, em Castelo de Vide, em relação aos judeus. Se as pátrias se ajoelhassem mais vezes com humildade, seguramente teríamos menos sofrimento no mundo. E é esse debate sereno que podemos fazer, em conjunto com todos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — De joelhos só para rezar!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Para terminar, Sr. Presidente, uma nota final: mais democracia significa que este debate se deve fazer também reconhecendo que sobram outras coisas do colonialismo na nossa sociedade.

O racismo persiste na nossa sociedade e é uma herança do colonialismo. E é junto daqueles que hoje conosco vivem e sofrem estas consequências que devemos fazer essa reparação simbólica de memória, de educação,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... de reconciliação, de cooperação, de visibilidade, reconhecendo que os estamos a ouvir e que queremos, acima de tudo, a maior reparação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O problema é que a tua bancada é toda branca!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Como dizia Miguel Vale de Almeida, com grande certeza e com grande precisão,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... a primeira reparação é reparar que o racismo existe e dar-lhe respostas.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, é favor terminar.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Aí, sim, estaremos à altura da nossa história e dos valores da Constituição de Abril, que — e, agora sim, termino —, expressamente,...

Protestos do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Já acabou o tempo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... no seu artigo 7.º, repudia o colonialismo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado... Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Leiam a Constituição, Srs. Deputados, leiam o nosso texto constitucional.

Aplausos do PS, do BE, do L e do PAN.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À medida que chegamos ao fim deste debate, apercebemo-nos de algo evidente. Esta Câmara não quer debater nada do que o Sr. Presidente da República diz, tem vergonha da nossa história,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... não se orgulha daqueles que antes de nós fizeram esta Casa, e são verdadeiramente os traidores à nossa pátria.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Todos! Só o Chega é que não é traidor! O Chega é o único que não é traidor!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Partido Socialista diz: «Não, hoje podíamos estar a debater a saúde, os sem-abrigo, podíamos estar a debater as pessoas despejadas.» Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, nós não precisamos de debater nada disso por uma razão: nós já sabemos que tudo isso — a falta de habitação, de emprego e de saúde — é culpa da incompetência do Partido Socialista. Portanto, não precisamos de ter um debate de urgência sobre isso.

Aplausos do CH.

Também não precisamos, Sr. Deputado Rui Rocha, de debater sobre as europeias,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah, boa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque, ao final do dia, não foi o líder do Chega que abandonou a liderança do seu partido para ir para um exílio dourado em Bruxelas. Foi o vosso!

Aplausos do CH.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Foi o vosso líder que, abandonando a luta por este País, largou as mãos e pensou: «Eu vou viver para Bruxelas, que lá estou bem melhor.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Quem atira pedras leva pedradas», diz o povo.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas é assim mesmo, porque, quando olhamos ao fim, percebemos tudo o que damos hoje à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e aos países lusófonos: a ajuda militar, a ajuda de saúde. Quantos vêm tratar-se a Portugal, nos nossos hospitais, com os impostos de quem nos está a ver,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

Protestos da Deputada do PS Maria Begonha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... sem nunca terem dado 1 cêntimo para Portugal, com estradas lá construídas, barragens pagas por quem nos paga o salário a todos?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é para isto que lhe pagam o salário!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, este debate mostra bem que, ao fazermos isto, ao darmos vazão a isto, somos nós, são muitos, nestas bancadas, os traidores à nossa história. Mas não é estranho, porque já Camões — agora que vamos ter o aeroporto Luís de Camões — dizia: «... também dos Portugueses / Alguns traidores houve algumas vezes.» São vocês!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Vai arranjar juristas para dizer que somos todos traidores!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É uma branquitude que não engana. É só brancos! Racistas!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Início o escasso tempo de que o Governo dispõe não com uma reparação, mas com um reparo. Não nos revemos nem adotamos a terminologia utilizada pelo grupo parlamentar proponente. A verdade histórica exige que falemos não de ex-províncias ultramarinas, mas de ex-colónias.

Aplausos do PSD e do L.

Ao Governo português exige-se verdade, não distorção ou revisão da história.

A relação de Portugal com as suas ex-colónias — que, sim, foram, por curtos períodos, qualificadas como «províncias», ou até como «reino», ou até como «Estado», mas que eram substantivamente colónias — é uma relação de igual para igual, com Estados soberanos e independentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — É uma relação de igual para igual, que não tem nem complexos nem tabus. É uma relação especialíssima, de excelência, alicerçada numa longa vida comum e na relação única entre povos irmãos.

São muitos — por vezes, até, nos antípodas políticos uns dos outros — os que querem que essas relações se baseiem no ressentimento. Serão muitos os que não gostarão, mas o Governo português — posso mesmo falar no plural, os Governos portugueses — não cultiva nem instiga o ressentimento, venha de que lado vier; cultiva o respeito mútuo e a reconciliação com a história, lá onde ela se imponha e justifique.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Nunca é demais lembrar que o novo Governo se pauta nesta matéria pela mesma linha que os Governos anteriores. Não haverá, pois, qualquer processo ou programa de ações específicas com o propósito de reparar outros Estados pelo passado colonial português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portugal não tem medo da sua história...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — ... e, por isso, no leque inabarcável das suas políticas de relacionamento e cooperação, lutará sempre pela isenção, pela imparcialidade e pela verdade histórica.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Lá onde, como em Wiryamu, seja justo um pedido de desculpas, fá-lo-emos. Lá onde, como no Tarrafal, seja importante um memorial, erguê-lo-emos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Estes gestos e tributos de reconciliação não são unilaterais. Talvez esta Câmara parlamentar não saiba ainda, mas, no passado dia 25 de abril, no dia dos 50 anos, o Governo angolano autorizou a reabilitação de dois talhões de cemitérios de Luanda em que estão

sepultados soldados portugueses que lutaram na Guerra Colonial e, bem assim, a construção de um memorial.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E quanto é que vamos pagar?!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Como não reconhecer a generosidade deste gesto angolano?

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

É assim que nós vemos estas relações: reconciliação, e não ressentimento.

Não deixaremos que a nossa política de cooperação — que, em programas estratégicos com todos os PALOP e com Timor-Leste, excede já os 1200 milhões de euros; que toca domínios tão díspares como a educação, a saúde, a cultura, as infraestruturas, a defesa, a língua; que é uma verdadeira âncora e alavanca da nossa política externa — possa ser prejudicada por aqueles que não querem uma relação sã, justa e orientada para o futuro.

Basta pensar nos acordos assinados com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que convertem a dívida a Portugal num fundo ambiental ou climático, hoje considerados pioneiros e exemplares por todas as organizações internacionais, para ver como as nossas relações se orientam para o futuro — para a história, sim, mas para a história do futuro.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Esta relação é, antes do mais, uma relação humana e cultural. E, aí, também Portugal, naquele espírito de justa e generosa reciprocidade, estará disponível para um intercâmbio que potencie o respeito por essa história comum. Também a arte e a cultura são domínios de cooperação e são domínios de reconciliação.

Por isso mesmo, no momento em que concluo, quero anunciar que o Governo, numa ação conjunta do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação, está a desenvolver esforços para criar, nas faculdades de letras portuguesas, programas de investigação, cursos e até cátedras de tétum e de crioulo — línguas timorense, cabo-verdiana, guineense e são-tomense.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Elas são um tesouro cultural da nossa história comum, elas têm uma enorme influência da língua portuguesa, que está por investigar, por estudar e por divulgar.

Neste debate, é este o sinal que queremos deixar aos portugueses, à Assembleia da República e aos povos irmãos falantes de português,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... para que, desta feita, não valham nem sejam verdadeiras as palavras finais do poema *O Grito*, de José Tolentino de Mendonça: «de igual para igual / tão desconhecidos».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Portugal não se ajoelha, mas nós ajoelhamo-nos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós nunca nos ajoelhamos! Ajoelhar é com vocês!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Chega tem de pedir uma reparação no final deste debate! Se calhar é melhor fazerem uma petição para serem indemnizados!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Cala a boca!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só azeite! Só sai daí azeite!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Bebe água, bebe! É melhor beberes água para engolires melhor!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa pode dar início à sua intervenção ou ainda não?

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Durante este debate, abordámos com seriedade as recentes declarações do Presidente da República sobre reparações históricas às ex-províncias ultramarinas portuguesas, uma questão de extrema relevância para o nosso País, para a nossa identidade nacional.

O Chega tem sido firme e inequívoco ao condenar publicamente as palavras do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que consideramos uma traição ao povo português e à nossa história.

Aplausos do CH.

Ao sugerir reparações e indemnizações às antigas províncias do Ultramar, o Presidente não desrespeita apenas o legado dos nossos antepassados, mas compromete também a integridade e a soberania do nosso País.

É nosso dever defender os interesses nacionais e preservar a dignidade da nossa Nação. Sem medo e sem receio, o Chega foi o único partido nesta Casa que teve a coragem de denunciar abertamente a gravidade destas declarações.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É verdade!

Vozes do CDS-PP: — Não é verdade!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Não podemos permitir que o nosso País seja arrastado por uma agenda perversa, que desvaloriza e ataca a nossa história e a bravura dos nossos antepassados, daqueles que lutaram pelo nosso País e que sempre quiseram deixar um legado aos seus descendentes.

Os antigos territórios ultramarinos são parte integrante da nossa história coletiva, e devemos abordar o passado com respeito e sensibilidade. No entanto, isso não implica aceitar responsabilidades injustas ou comprometer o bem-estar dos portugueses em nome de uma interpretação revisionista da história.

Por muito que os partidos da extrema-esquerda aqui presentes, neste Parlamento, o queiram, a nossa história não começou no dia 25 de Abril de 1974,...

Aplausos do CH.

... mas sim no dia 5 de outubro de 1143.

Aplausos do CH.

Risos do L.

Instamos assim o Governo a rejeitar iniciativas que comprometam a soberania nacional ou desviem recursos dos verdadeiros desafios que enfrentamos hoje.

Nesse sentido, o Chega e a sua bancada parlamentar continuarão a defender os interesses do povo português e a lutar contra qualquer tentativa de reescrever a nossa história de forma conveniente ou politicamente motivada por estas agendas extremistas e duvidosas.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É favor terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Estou quase a terminar, Sr. Presidente.

Não podemos tolerar que o Presidente da República traia os portugueses desta forma. É necessário seriedade, maturidade e sentido de Estado. Precisamos de um compromisso genuíno com Portugal e com os portugueses.

Para concluir, se o Presidente da República não se sentir capaz de representar adequadamente os interesses nacionais, é hora de considerar a sua renúncia e dar lugar a alguém que respeite verdadeiramente a história da nossa Pátria.

Disse.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Está assim concluído o debate.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer um anúncio à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara da participação, por videoconferência, do Sr. Deputado Luís Newton, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Plenário volta a reunir, hoje, às 15 horas, tendo como ordem do dia o debate com o Primeiro-Ministro.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Até logo.

Eram 11 horas e 18 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.